



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1005639-40.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Fornecimento de Medicamentos**
 Requerente: **Julio Benicio Lima**
 Requerido: **"Fazenda Pública do Estado de São Paulo e outro"**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de Obrigação de Fazer, com pedido de tutela antecipada, proposta por Julio Benicio Lima, assistido pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo, contra a Fazenda Pública do Estado de São Paulo e a Fazenda Pública do Município de São Carlos, sob o fundamento de que é portador de Osteomielite de osso zigomático, com quadro de abscesso no local (CID 10 M+86), razão pela qual lhe foi prescrito o uso do medicamento Linezolida 600 mg, dois comprimidos ao dia, por seis meses. Relata que o resultado da cultura evidenciou a presença de Enterococcus resistente ao medicamento Vancomicina, de forma que a utilização da Linezolida é única opção viável. Argumenta que a medicação prescrita deve ser fornecida urgentemente, tendo em vista o quadro infeccioso que o acomete. Aduz, também, que a rede pública de saúde não disponibiliza o medicamento e que não possui recursos financeiros para custear o tratamento. Requer, então, inclusive antecipadamente, o seu fornecimento pelos entes públicos requeridos.

Com a inicial vieram os documentos de fls 13/38.

Foi deferida a antecipação dos efeitos da tutela 39/40.

Devidamente citado, o Município de São Carlos apresentou contestação (fl. 52/79) aduzindo, em preliminar, carência da ação por ser parte ilegítima para figurar no polo passivo, devendo a responsabilidade recair sobre a Fazenda Pública Estadual, bem como falta de interesse de agir, uma vez que a parte autora não comprovou que fez o requerimento administrativo. No mérito, afirma que saúde não está prevista como um direito individual, mas sim um direito social e, desta forma, busca-se maior racionalização entre o custo e o benefício dos tratamentos fornecidos, a fim de atingir o maior número possível de beneficiários. Aduz, também, que se deve observar o princípio da reserva do possível e a responsabilidade na gestão fiscal. Por fim, requerer a improcedência do pedido, caso não seja acolhida a preliminar de ilegitimidade passiva.

Contestação da Fazenda do Estado de São Paulo às fls. 83/101. Sustenta que a parte autora já possui a garantia de receber o medicamento para o tratamento da osteomielite, oferecendo o SUS tratamento alternativo com a mesma eficácia terapêutica e segurança. Aduz ainda, que há a possibilidade de fornecimento de fármacos comercializados como genéricos com a mesma equivalência terapêutica ao identificado. Impugnou o pedido de multa diária. Aduz, ainda, que é necessária a realização de perícia médica, de modo a verificar a real necessidade do



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

medicamento pleiteado. Por fim, requer que a ação seja julgada totalmente improcedente com a revogação da tutela deferida.

Ante o não cumprimento da ordem judicial, foi determinado o sequestro de verbas públicas (fl. 148/149), de acordo com o orçamento trazido aos autos fl. 144.

Da decisão, houve recurso da requerida Fazenda Pública do Estado de São Paulo (fl. 155).

Apresentou réplica, o autor, às fls.180/184, contrariando as alegações apresentadas pelos réus e reiterando as afirmações contidas na inicial.

Pelo v. Acórdão de fls. 211/224, que transitou em julgado, negou-se provimento ao recurso, mantendo-se integralmente r. decisão de fls. 56/57.

É o relatório.

Fundamento e decido.

O processo comporta imediato julgamento, a teor do disposto no inciso I do art. 355, do Código de Processo Civil, tratando-se de matéria de direito a ser apreciada, sendo satisfatória a prova documental já existente nos autos para apreciação das questões fáticas.

Inicialmente, afasto a preliminar de falta de interesse de agir, considerando que o art. 5º, inciso XXXV, da Constituição da República garante, com clareza, o acesso ao Poder Judiciário independentemente de eventuais medidas administrativas.

Por outro lado, também não é o caso de se reconhecer a ilegitimidade passiva do Município de São Carlos, pois a saúde configura direito líquido e certo de todos e o Estado, em todas as suas esferas de governo e solidariamente, tem o dever de assegurá-la, sob pena de tornar letra morta os artigos 6º e 196, ambos da Constituição Federal.

Quanto ao estudo socioeconômico, não há necessidade, pois o autor é pensionista, assistido pela Defensoria Pública e não há nenhum indício de que possa custear o tratamento.

No mais, diante das provas existentes nos autos, desnecessária a realização de perícia, mesmo porque a jurisprudência predominante no Tribunal de Justiça é no sentido de aceitar prescrição médica, na medida em que é o profissional que responde pela escolha feita.

Confira-se:

"APELAÇÃO AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. Fornecimento de medicamentos/tratamentos. Direito à saúde Art. 196 da Constituição Federal .Responsabilidade solidária de todos os entes federativos. Prescrição médica suficiente para comprovar a necessidade e eficácia dos medicamentos em questão. Sentença mantida. Reexame necessário e recursos voluntários impróvidos" (Apelação / Reexame Necessário nº 1010719-25.2014.8.26.0037, 3ª Câmara de Direito Público do Tribunal de São Paulo, datada de 19 de maio de 2015 Relator:



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

MAURÍCIO FIORITO).

Outro não é o entendimento do C. STJ:

“O receituário médico, firmado seja por médico particular, seja por médico do serviço público, é documento hábil a comprovar a necessidade do medicamento. Adotar o entendimento do Poder Público, que pretende discutir a prescrição feita, seria adentrar ao campo próprio do médico responsável pelo tratamento do paciente. A não ser quando evidente o erro contido no relatório/receita, ou seja, quando teratológica a prescrição, descabe ao administrador, bem como ao Judiciário, questionar se esse ou aquele medicamento seria o mais adequado” (v. decisão monocrática proferida pelo Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES no Agravo de Instrumento nº 1.114.613/MG, DJ de 08.05.2009).

Quanto ao mérito, o pedido comporta acolhimento.

Cabe aos Estados e Municípios ter em seu orçamento verbas destinadas ao gasto com medicamentos e acessórios necessários à saúde, para a população, cujos preços extrapolam as possibilidades econômicas dos desprovidos de rendimentos suficientes, como é o caso do autor, pelo que se observa da declaração de necessidade de fl. 14.

A questão relativa à responsabilidade solidária e ao repasse de verbas deve ser resolvida no âmbito administrativo entre o Município, o Estado e a União, que integram o Sistema Único de Saúde. A cooperação financeira entre essas entidades e a falta de recursos não pode servir de escusa para o não fornecimento de medicamento e acessórios necessários à saúde, sob pena de acarretar à população grave dano à sua saúde.

Até porque a presente questão não está ligada à viabilidade econômica do Poder Público em atender os necessitados, mas sim à necessidade de resguardar um direito do cidadão.

O direito à saúde, além de ser um direito fundamental que assiste a todas as pessoas, representa consequência constitucional indissociável do direito à vida e a dignidade da pessoa humana. O Poder Público, qualquer que seja a esfera institucional de sua atuação no plano da organização federativa brasileira, não pode mostrar-se indiferente ao problema da saúde da população, sob pena de incidir em grave comportamento inconstitucional.

Com efeito, incide sobre o Poder Público a obrigação de tornar efetivas as prestações de saúde, incumbindo-lhe promover medidas preventivas e de recuperação que, fundadas em políticas idôneas, tenham por finalidade viabilizar a norma constitucional.

Não basta, portanto, que o Estado meramente proclame o reconhecimento formal de um direito, mas que seja ele integralmente respeitado e plenamente garantido, especialmente naqueles casos em que o direito como o direito à saúde se qualifica como prerrogativa jurídica de que decorre o poder do cidadão de exigir, do Estado, a implementação de prestações positivas impostas pelo próprio ordenamento constitucional.

Além disso, o autor, como visto, não possui condições financeiras para arcar com



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

os custos do tratamento, sendo assistido por Defensor Público.

Por outro lado, o medicamento foi prescrito por médica integrante da rede pública de saúde (fls. 16/18), que relatou que: *“o paciente com diagnostico de osso zigomático (região malar e.) CID : M86 foi isolado em cultura dessa região enterococcus resistente a vancomicina. Nestes casos a indicação para tratamento é de linezolida [...]”*.

Ante o exposto, julgo extinto o processo, com resolução do mérito, com fundamento no artigo 487, I, do Código de Processo Civil e PROCEDENTE o pedido, ficando mantida a tutela antecipada, para fornecimento do medicamento pleiteado, devendo o autor apresentar relatórios semestrais, a fim de comprovar a necessidade de continuidade do tratamento, bem como as receitas médicas, sempre que solicitadas.

Condeno o Município de São Carlos ao pagamento de honorários advocatícios que fixo, por equidade, em vista da repetitividade da matéria e pouca complexidade, em R\$ 200.00 (duzentos reais) , pelo fato de que a ação inicialmente foi necessária, já que houve resistência em se fornecer o medicamento pretendido.

Os requeridos são isentos de custas na forma da lei.

Não há condenação em honorários com relação ao Estado de São Paulo, pelo fato de o autor estar assistido pela Defensoria Pública, já tendo o Superior Tribunal de Justiça se firmado no sentido de que a Defensoria Pública é órgão do Estado, não percebendo honorários de sucumbência, quando patrocina a parte vencedora em condenação da Fazenda Pública, entendimento este consolidado na Súmula 421: “Os honorários advocatícios não são devidos à Defensoria Pública quando ela atua contra a pessoa jurídica de direito público à qual pertença”.

P. I.

São Carlos, 02 de março de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**